

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

PEDRO HENRIQUE LEAL CONSTÂNCIO DE SOUSA

**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ:
Um estudo sobre a transparência em sites de municípios espanhóis em 2018**

Brasília

2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

PEDRO HENRIQUE LEAL CONSTÂNCIO DE SOUSA

Monografia apresentada ao curso de graduação em
Ciência Política, da Universidade de Brasília,
como requisito parcial para obtenção do Título de
Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Marcos Batista

Brasília

2019

PEDRO HENRIQUE LEAL CONSTÂNCIO DE SOUSA

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: um estudo sobre a transparência em sites de municípios espanhóis em 2018

Monografia aprovada pelo corpo docente do curso de Ciência Política, da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a obtenção do grau em Bacharelado em Ciência Política.

(Prof. Dr. Carlos Marcos Batista)

Brasília

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pois sem ele nada seria possível, e aos embaixadores do rei que sempre me fizeram olhar para frente; a minha família, em especial minha mãe por ter vivido o sonho da graduação junto comigo e a minha namorada pelo suporte diário para continuar; aos meus amigos do curso que me acompanharam nessa jornada, em especial aos companheiros da gestão do Politeia de 2019; e aos professores que compartilharam seu conhecimento tornando esse momento possível. Destaco o excelentíssimo professor Carlos Batista, agradecendo por ter me orientado de maneira excepcional nessa monografia e também na vida, durante esse processo turbulento que é a graduação e a transição da adolescência para a juventude.

RESUMO

Este estudo se propõe analisar como as informações dispostas em sites de prefeituras câmaras de vereadores espanhóis conseguem promover a participação cívica. Verificando como a participação política pôde se modificar com a introdução das novas tecnologias de informação e comunicação, conhecidas como meios de informatização e comunicação. Vale destacar que o estudo tem por base de sustentação os pressupostos básicos dos sistemas políticos democráticos, que são a interação e representatividade entre cidadãos e representantes. Em suma, o objetivo do presente estudo consiste em averiguar os sites de municípios espanhóis no intuito de evidenciar se há poder informacional, através do quanto eles estão dispostos aos seus cidadãos. Poder esse que se pode transformar a cultura contemporânea dos cidadãos colaborando com a participação e a confiança nas instituições da democracia. Em resumo, consiste em observar a disponibilização e aumento na oferta de informações e na interação entre cidadãos, representantes e governos.

Palavras-chave: Espanha, sites, TIC, democracia, municípios, participação política, governo e representantes;

ABSTRACT

This study aims to analyze how the information displayed on Spanish municipal councils may promote civic participation. Verifying how political participation could change with the introduction of new information and communication technologies, known as means of computerization and communication. It is noteworthy that the study is based on the basic assumptions of democratic political systems, which are the interaction and representativeness between citizens and representatives. In short, the aim of the present study is to investigate the websites of Spanish municipalities in order to show if there is informational power, through how much they are willing to their citizens. This power can transform the contemporary culture of citizens by collaborating with participation and trust in the institutions of democracy. In short, it consists in observing the availability and increase of information supply and interaction between citizens, representatives and governments.

Keywords: Spain, websites, ICT, democracy, municipalities, political participation, and government representatives;

SUMÁRIO

ÍNDICE DE TABELAS	07
ÍNDICE DE GRÁFICOS	08
1. INTRODUÇÃO	09
2. DEMOCRACIA DIGITAL	11
2.1) Câmara de vereadores, prefeituras e <i>ayuntamientos</i>	16
3. COLETA DE DADOS	18
4. METODOLOGIA	19
4.1) Estudo das Variáveis	19
4.2) Categoria das Variáveis Agrupadas	23
5. ANÁLISE DOS DADOS	24
5.1) Tratamento das Variáveis.....	26
5.2) Tratamento de Dados das Variáveis Agrupadas	30
6. CORRELAÇÕES E ANÁLISES FATORIAIS DAS VARIÁVEIS.....	38
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44
8.1) Referências Eletrônicas	44
8.2) Fundamentação Teórica.....	44
8.3) Dissertações.....	46

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Número de vereadores de acordo com a população	17
Tabela 2: Categorização das variáveis	23
Tabela 3: Proporção da ocorrência das variáveis	25
Tabela 4: Ocorrências estatísticas para o Bloxplot	28
Tabela 5: Reordenação em quartil de ocorrência das variáveis coletadas	29
Tabela 6: Frequências das variáveis agrupadas institucionais nos sites espanhóis.....	31
Tabela 7: Organização das variáveis agrupadas institucionais dos sites espanhóis.....	31
Tabela 8: Frequências das variáveis agrupadas processuais nos sites espanhóis.....	33
Tabela 9: Organização das variáveis agrupadas processuais dos sites espanhóis.....	33
Tabela 10: Frequências das variáveis agrupadas interativas nos sites espanhóis.....	34
Tabela 11: Organização das variáveis agrupadas interativas dos sites espanhóis.....	35
Tabela 12: Frequências das variáveis agrupadas <i>accountability</i> nos sites espanhóis.....	36
Tabela 13: Organização das variáveis agrupadas <i>accountability</i> dos sites espanhóis.....	36
Tabela 14: Correlações e análises fatoriais das variáveis agrupadas	38

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Proporção das ocorrências das variáveis no site	26
Gráfico 02: Diagrama de Caixa - Representação em Box Plot das variáveis	28
Gráfico 03: As medidas posicionais das variáveis agrupadas institucionais	32
Gráfico 04: As medidas posicionais das variáveis agrupadas processuais.....	33
Gráfico 05: As medidas posicionais das variáveis agrupadas interativas.....	35
Gráfico 06: As medidas posicionais das variáveis agrupadas de <i>accountability</i>	36
Gráfico 07: Proporção das variáveis agrupadas	39
Gráfico 08: Eixos fatoriais dos individuais, projeção das informações agrupadas por anos: 2010, 2014, 2016 e 2018	40

1. INTRODUÇÃO

Durante a história da humanidade, sempre houve busca pela evolução de meios tecnológicos, das técnicas e dos métodos com o objetivo de produzir mais, com maior agilidade e rapidez. Tudo isso, para que pudesse alcançar patamares mais elevados, saindo de técnicas manuais ao atual cenário, de uma era digital e tecnológica.

Com o advento dessa era digital e tecnológica, tem-se as tecnologias de informação e comunicação (TIC), o marco do século, que alteraram o modo de interação a maneira de interagir com o processo político, permitindo ao cidadão um maior acesso a uma maior quantidade de informações, tendo, assim, uma relação mais direta entre o governado e o governante.

Entretanto, para que tenha essa relação mais direta é necessária que haja engajamento por parte do governado, do cidadão. A questão da interação cidadã é muito abordada por diversos autores, que buscam entender os motivos dos indivíduos se mobilizarem ou porque participam da atividade política, e, quando estudamos mais fundo o equilíbrio do custo-benefício do cidadão, os custos que os indivíduos têm para a participação e quais as recompensas que têm com essa participação, conseguimos obter algumas respostas. Os custos da participação política podem ser vistos em outros momentos além do período eleitoral. Tomar a atitude de se engajar nas atividades na comunidade ao seu redor significa abrir mão de tempo e energias que poderiam ser dedicados a outras atividades, como estar com familiar, estudar, praticar esportes, entre outras. Mais ainda, participar envolve risco de interação política ou de ser exposto publicamente, ou seja, as ideias do indivíduo podem não ser ouvidas pela comunidade ou mal interpretadas, seus pleitos podem não serem incluídos na pauta, suas opiniões menosprezadas, serem taxadas como infantis ou pírias, entre várias outras possibilidades.

Tudo isso faz com que os indivíduos de um grupo ou comunidade afastem-se da política, tanto no nível local como, principalmente, no nível regional e/ou nacional.

As TICs, nas últimas décadas tem proporcionado a capacidade de aproximar o governado e o governante, diminuindo o ônus da participação política. Sendo um divisor de águas quando se trata de desenvolvimento e impactos além das fronteiras nacionais, a presença de tal tecnologia tem aumentado a eficiência e abrangência dos mecanismos de participação,

facilitando o contato e potencializando a quantidade de informação trazida sobre os processos de decisão (BATISTA, 2003).

Pelo exposto, é crível afirmar que a implementação das TICs conduz a um aperfeiçoamento das praticas democráticas, trazendo formas novas de manifestação, e alterando a forma de funcionar da democracia atual. Admite-se, portanto, que tais tecnologias estão proporcionando um aumento da participação cidadã ao garantirem meios eficazes para a manifestação políticas, alterando, assim, a cultura política.

Tal dissertação tem por objetivo estudar como funciona o engajamento político por meio das tecnologias da informação, os impactos da expansão e da interação, não somente por vias pessoais, mas, também, por vias as digitais. Procurando medi se a participação do cidadão se modifica com a introdução de tais tecnologias.

Dessa maneira, a metodologia de estudo da explicação do uso do meio virtual como porta de interação para a participação cidadã em um ambiente público, será por meio do exame da oferta de informações nos sites de municípios espanhóis, com uma análise de 404 portais eletrônicos municipais espanhóis, para averiguar a disponibilização das informações, como, por exemplo, a disponibilidade dos relatórios de gestão de fiscal, o acesso as redes sociais do município, contato com a prefeitura e com o prefeito, disponibilidade do quadro de representantes legislativos do município e da estrutura da Casa, ouvidoria, espaço para crítica e sugestões, notícias e muitos outros itens de avaliação.

2. DEMOCRACIA DIGITAL

Dentre as recentes experiências na área de governo eletrônico, destaca-se a criação de mecanismos de participação digital, para que o cidadão possa atuar no ciclo de políticas públicas, configurando assim o que se entende por democracia digital (POSSAMAI, 2011, p. 25). Assim sendo, não configura um novo tipo democrático, mas sim a criação de um conjunto de ferramentas e canais digitais e eletrônicos que visam atender, de maneira inovadora, as demandas por inovação e, sobretudo, por democratização e modernização da gestão pública, de modo que passe a ser acessível pelos cidadãos.

No decorrer do presente século, a internet se destaca como a ferramenta mais utilizada pelas crianças, jovens e adultos na expressão de suas preferências e anseios pessoais. Desse modo, o poder de alcance da internet - que é ilimitado com sua intrínseca capacidade de mudar, renovar e inserir novos integrantes nas demandas sociais para que suas expressões estejam legalmente representadas - é tida como o instrumento de fomento da relação simbiótica entre o homem, a natureza e a sociedade. Portanto, ela pode ser encarada como uma ferramenta auxiliar na transformação da realidade da sociedade contemporânea. Movimentos sociais têm estado presentes nas redes virtuais, manifestando-se e promovendo a construção e o debate de agendas políticas. Uma das novidades que despontam, juntamente a ampliação do uso da internet é a disponibilidade de informações e dados de governos na rede, o que se chama governo eletrônico e esse é um ponto de análise, à respeito do progresso desse meio de comunicação e mensurar como os governos locais estão disponibilizando ao cidadão as informações dos municípios no contexto espanhol. O princípio dessa “novidade” é a utilização das novas TICs para estimular e democratizar o acesso à informação, visando provocar debate dentre os cidadãos sobre o trabalho dos representantes que eles elegeram.

Assim, a participação se torna indispensável para a consolidação, a manutenção e o aperfeiçoamento da democracia e de sua legitimidade. Atualmente, iniciativas de participação *on-line* estão cada mais comuns. Existem várias iniciativas de canais de participação online criadas pelo próprio ambiente institucional do governo.

Deste modo, o principal interesse é obter maiores informações sobre o crescimento do uso das novas TICs nas expressões com seus governos locais. Considerando que com a internet foram criadas diferentes bases políticas, através principalmente das redes sociais, que se

confundem, mas que geram uma enorme capilaridade na sociedade, ou seja, propiciou a criação de uma “nova identidade” ao cidadão.

O impacto da participação cidadã *on-line* nos assuntos públicos ajudam, qualitativa e quantitativamente, a responder certas questões sobre a interação do cidadão com os poderes públicos municipais. Como exposto pelo Índice de Desenvolvimento do Governo Eletrônico (EGDI), um indicador composto que mede a vontade e a capacidade das administrações nacionais de utilização das tecnologias de informação e comunicação para fornecer serviços públicos, é importante ressaltar três pontuações normalizadas sobre as dimensões mais importantes do e-governo, como: o estado da infraestrutura de telecomunicações; a abrangência e qualidade dos serviços on-line; e o desenvolvimento e capital humano inerente.

Segundo Patrícia Pascual, em *e-Government* ou e-governo, os projetos de governo eletrônico são empreendimentos de longo prazo que necessitam uma grande infusão de capital em hardware, software, infraestrutura e treinamento. Por isso, é recomendado a cooperação com o setor privado ao invés da competição com ele, para que se torne mais eficiente e eficaz o e-governo. Atualmente, é cada vez mais evidente que os governos precisam ter uma clara estratégia de geração de receitas e investimento inicial mínimo, pois é o modo mais plausível de implantar projetos sustentáveis à longo prazo.

Como estamos inseridos nesta “sociedade de redes” faz-se importante salientar que por mais que se ressalte a diminuição do contato físico (“a barreira balcão”) há um progresso nas TICs (meios eletrônicos) e, esse deve ser utilizado para disponibilizar a integração e participação da sociedade, além disso, há que se ressaltar a importância do e-governo deve ser disponibilizado pelos governos democráticos. Portanto, na contemporaneidade é evidente e emergente se estruturar àquela comunicação multidirecional – a um clique de distância – com maior praticidade e flexibilidade, onde as “teias sociais” conseguem definir um novo quadro nas sociedades. Assim, os instrumentos desta transformação poderão compartilhar e partilhar as ideologias de seus próprios representantes, além de conseguir exprimir um grau maior de responsabilização e transparência para os mesmos. Em síntese, o foco do presente estudo está em analisar até que ponto organizações estão pautadas em uma concepção construtivista de tecnologia a serviço de uma aprendizagem mais significativa – democratizar o acesso das informações.

Para chegar a tal objetivo, foi utilizada uma metodologia estatística de analisar dados, em outras palavras, uma vez coletados e organizados os dados, foi feita uma construção

conceitual e semântica dos resultados encontrados para, com as inferências estatísticas, promover um caráter valorativo ao objeto encontrado.

É importante frisar que a coleta dos dados e a verificação das informações decorrem de uma pesquisa em portais eletrônicos de municípios espanhóis com suas devidas disponibilizações de informação, foi também considerada e mensurada a aparência e facilidade, ou não, de acesso às informações – com a variável qualidade dos sites. Com isto, ao estudarmos a utilização da internet, percebe-se que, algumas vezes, mesmo que de maneira bastante insipiente, há a possibilidade de uma grande modificação na construção de uma nova cultura na participação política, influenciada majoritariamente pela disponibilidade de informações de forma acessível a toda a sociedade. De acordo com Lorena de Lima Soares:

[...] Esses mecanismos oferecidos pelas TICs somados à disponibilidade de informações alteram substancialmente a cultura política da participação que nada tem a ver com aquela participação onde atua o “tecido movimentista” social heterogêneo, múltiplo e em muitos casos desorganizados e desarticulados. [...] (SOARES, 2010.p 35)

Pode-se analisar que a democracia digital surge como um meio desenvolvido para a prestação de serviços públicos, o qual visa corroborar com a participação, a responsabilidade e a transparência dos agentes. Entretanto, em alguns países, a abordagem e o atendimento multicanal destes serviços são limitados, assim, os mesmos devem estabelecer uma presença online persistente com serviços básicos, a fim de construir uma confiança no governo – medidas que requerem a racionalização e a colaboração não só ao longo de todo o espectro de governança, mas também com o setor privado e sociedade civil.

Como o objetivo principal da presente dissertação é a análise de dados, foi utilizada uma amostra com 404 municípios espanhóis, distribuídos em 47 províncias (considerando as capitais delas), onde a procura se deu entre 23 variáveis nominais. A pesquisa envolveu basicamente em contabilizar entre as ferramentas digitais do governo espanhol a disponibilização daquelas variáveis dentro dos “municípios” selecionados.

“A Sociedade da informação está baseada nas tecnologias de informação e comunicação que envolvem a aquisição, o armazenamento, o processamento e a distribuição da informação por meios eletrônicos, como a rádio, a televisão, telefone e computadores, entre outros. Estas tecnologias não transformam a sociedade por si só, mas são utilizadas pelas pessoas em seus contextos sociais, econômicos e políticos, criando uma nova comunidade local e global: a Sociedade da Informação” (GOUVEIA, 2004.p 13)

Segundo Luís Manoel Borges Gouveia a “Sociedade da Informação” é o conjunto de tecnologias utilizadas para a distribuição e compartilhamento de informações, atingindo vários

tipos de serviços automatizados, que se estendem a websites, hardwares, softwares e à própria telefonia, assim como outros serviços (sendo assim, parte do cotidiano das pessoas). Estudos indicam que a internet é a ferramenta que mais vem crescendo nos últimos anos, como instrumento de comunicação em relação ao uso. Logo o intuito dos líderes governamentais deve ser contribuir com esforços coordenados para aumentar e melhorar a prestação de serviços de e-governo no setor público – entre as instituições e cidadãos – através da utilização das mesmas. Com isso, os sistemas de e-governo sugerem que os governos consigam expressar e representar os anseios da nação na medida de ampliar a participação *on-line*.

Mantendo foco na importância e no poder informacional da política, foi possível analisar não só a evolução e o crescimento dos meios de informatização como também verificar a disposição dos líderes em fornecer os devidos serviços *on-line* aos seus cidadãos. Ao estudar os sistemas políticos democráticos, que são caracterizados por permitirem a interação entre cidadão e representante. Vale a pena ressaltar que no século XXI a internet demonstra ser a ferramenta essencial para a promoção desta aproximação, pois ela é a ferramenta capaz de estruturar e reestruturar o elo do cidadão com seu representante em um clique de distância, a qual está sendo utilizada para exprimir demandas sociais e corroborando com a consolidação de capital social.

A internet possui uma perspectiva de instrumento auxiliar, pois tem o poder de refletir os interesses e as preferências comuns da sociedade, portanto, a internet (com seu alcance ilimitado) na era da democracia digital é a ferramenta que deve corroborar com o sistema de participação e inclusão, além de promover também a interdependência entre os povos, a ruptura de fronteiras, a ilimitada atuação para a conexão cultural, econômica e social. Uma vez inseridos em um mundo altamente conectado a tudo e a todos em qualquer instante, a era da democracia digital evoca sustentação devido algumas premissas dos sistemas democráticos e suas ideias liberais, a qual não se deve apontar destaque apenas à representatividade como também considerar a participação cívica e fiscalização e responsabilização dos líderes. Porém, ainda existem relações que parecem ser marcadas por uma desigualdade real e, por sua vez, terá reflexos no campo virtual. Portanto, uma reflexão sobre a evolução das TICs envolve como elas estão sendo utilizadas pelos governantes para a promoção da política local – corroborando com o campo virtual, real e social.

“A presença das TIC pode fluidificar os mecanismos de participação e facilitar o contato interpessoal, mas a sua principal característica e vantagem é o aumento assombroso da quantidade de informação trazida ao processo. A incorporação das TIC

conduz a um aperfeiçoamento das práticas democráticas trazendo novas formas de manifestação, mas, sobretudo e essencialmente, alterando o funcionamento da própria democracia. Nestes termos, estamos admitindo que as TIC proporcionem um aumento da participação cidadã ao garantirem meios mais eficazes para a manifestação política e alterarem substancialmente a „cultura política” (BATISTA, 2001.p 26)

Segundo Batista (2001) é nesse sentido que devemos entender o progresso e a evolução dos meios de comunicação, que se desenvolvem com um comprometimento democrático e que tem por base argumentativa a junção das TIC à participação cidadã.

Assim, ao analisar os mecanismos de participação política *on-line* em sites de câmaras de vereadores e prefeituras espanholas, observo como estas “*ferramentas de democracia participativa*” dentro de um regime predominantemente representativo estão alocando suas informações em prol da efetiva interação para com seus cidadãos. É importante destacar que, é embasado neste aspecto da teoria que este estudo irá se desenvolver, buscando, sobretudo, um delineamento de um novo rumo ao desenvolvimento do e-governo. Deste modo, é destacável o papel de atuação da participação do cidadão na virtualidade como um meio pelo qual é propiciada a transparência, transformando o senso de ordem pública através de critérios de equidade e justiça.

Pensada para o melhor acesso à informação e aos serviços públicos, o e-governo também obriga os servidores a serem mais responsáveis e transparentes nas suas ações. Assim, as TICs parecem ser não só um instrumento de melhora no accountability, como também na qualidade dos serviços prestados.

Segundo Patrícia Pascual (2003) a utilização destas ferramentas compreende não só a interação entre os cidadãos e o governo, mas também em outras esferas, como, por exemplo, a interação entre governo e os empresários, servidores e sociedade, assim como o próprio governo. Tais ferramentas devem ser utilizadas para incentivar a participação política e o processo democrático com foco nos benefícios aos sistemas, visto que com a integração das TICs nos processos de governo há uma maior flexibilidade, uma maior facilidade, um maior acesso e abertura aos casos políticos. Ou seja, há maior transparência das ações e melhora na prestação de contas o que, por sua vez, corrobora com uma maior responsabilização dos servidores. Segundo Perry Levy a internet emerge e é a peça-chave na sociedade da informação e no governo eletrônico, porém, somente sua existência não resolverá tudo, mas quando bem explorada esta ferramenta possibilita ampliação aos canais de abertura política – democratização.

Com isso, a construção de portais governamentais possibilita que o governo deixe claro como é a sua estrutura, pois partem da premissa de organizar sua identidade, seus propósitos, suas realizações, possibilitando a disponibilização e a concentração de serviços e informações. Tal fato facilita a realização de negócios e a identificação das necessidades dos cidadãos, além disso. É de suma importância lembrar que as competências do prefeito e dos vereadores espanhóis são similares às atribuições aos mesmos cargos no Brasil. Para ser eleito vereador, na Espanha, basta ter a maioridade, 18 anos, possuir a qualidade de eleitor e não se encontrar na condição de alguma causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral, inclusive no Brasil temos que: suas competências estão hauridas da Constituição Federal e eles não são hierarquizados, além disso, não estão sujeitas as regras comuns dos servidores públicos e entram nos cargos públicos através de eleição, nomeação ou designação. Voltando ao caso Espanhol temos também como característica que o país considera elegíveis aqueles que, maiores, sejam residentes na Espanha na condição de cidadãos da União Europeia.

2.1 CÂMARAS DE VEREADORES, PREFEITURAS E AYUNTAMIENTOS

No caso espanhol, objeto de estudo do presente trabalho, não há câmaras de vereadores e prefeituras distintamente. Lá, existem os ayuntamientos, instituições que unem, em sua composição, os poderes executivo e legislativo – o que vai ao encontro do objetivo deste trabalho, de compreender as ferramentas online de participação e interação entre eleitores e eleitos, ou *concejos*, que são a menor entidade de governo, de onde também se administra um município. Eles são regidos por um *alcalde* (prefeito) e pelos *concejales*, ou *ediles* (vereadores).

De acordo com o portal municipal de Palencia, há eleições periódicas, a cada quatro anos, nas quais se elegem os “vereadores”, que, por sua vez, elegem, indiretamente, o prefeito. A regra geral é que o prefeito seja eleito com os votos dos demais vereadores, como as eleições municipais são em listas fechadas, só podem concorrer ao cargo de prefeito aqueles que encabeçam as listas de seus partidos. Caso nenhum candidato tenha a maioria absoluta dos votos dos seus pares, o prefeito será o primeiro vereador da lista que tiver recebido o maior número de votos populares. Em caso de empate, há a previsão de sorteio. As competências do prefeito e dos vereadores espanhóis são similares às atribuições aos mesmos cargos no Brasil. Para ser eleito vereador, na Espanha, basta ter 18 anos, a maioridade lá, possuir a qualidade de eleitor e não se encontrar na condição de alguma causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral.

O país também considera elegíveis aqueles que, maiores, sejam residentes na Espanha na condição de cidadãos da União Europeia, ainda de acordo com informações do portal municipal de Palencia.

De acordo com a legislação eleitoral espanhola, o número de vereadores para cada *ayuntamiento* segue conforme a população local:

Tabela 1: Número de vereadores de acordo com a população

População	Número de vereadores
Até 250	5
250 a 1.000	7
1.001 a 2.000	9
2.001 a 5.000	11
5.001 a 10.000	13
10.001 a 20.000	17
20.001 a 50.000	21
50001 a 100.000	25
Acima de 100.000	Um a mais a cada 100.000 habitantes

Fonte: Portal municipal de Palencia

Nos ayuntamientos, também há comissões informativas, como nos municípios brasileiros – órgãos que têm por função o estudo, a informação ou consulta de assuntos que sejam submetidos a decisão do plenário. As comissões dos municípios espanhóis emitem parecer meramente opinativo, e não vinculante.

3. COLETA DE DADOS

O primeiro passo para possibilitar a coleta de dados foi o levantamento de todos os municípios espanhóis. Para isso, foi utilizada a lista de províncias e municípios da Espanha, feita pelo *Instituto Nacional de Estadística*. Depois, optou-se pelo sorteio, método aleatório, para escolher quais seriam os municípios a terem seus sites analisados. Como a Espanha tem uma divisão de municípios peculiar – há municípios com dezenas de habitantes e outros com centenas de milhares –, a lista de municípios por província foi dividida em quartis para possibilitar uma amostra estratificada após o sorteio.

Depois da escolha aleatória, levantaram-se os endereços eletrônicos dos ayuntamientos de cada município; o portal La Web Municipal fornece alguns sites das casas municipais de governo, mas não todos. Por isso, foi necessário buscar os domínios restantes em portais eletrônicos de busca. Como já era esperado, nem todos os municípios tinham sites dos ayuntamientos, então sortearam-se outros municípios dos mesmos quartis dos anteriores, até que se encontrasse algum que tivesse portais eletrônicos. Os sites das capitais das províncias deveriam, obrigatoriamente, ser analisados.

4. METODOLOGIA

4.1. Estudo das Variáveis

Para desenvolver a presente dissertação de monografia foi necessário um estudo da organização administrativa-político espanhola e, devido ao vasto território da Espanha, foi importante, primeiramente, possibilitar uma amostra para estudar os dados que foram encontrados. Se faz essencial lembrar os ensinamentos da Estatística, em que uma amostra pode ser definida como um subconjunto, uma parte selecionada da totalidade de observações abrangidas pela população. Porque com ela será possível fazer um juízo ou inferência sobre as características daquela determinada população.

Utilizando uma amostra com 404 ayuntamientos, distribuídos em 47 províncias e elas estando situadas em 15 Comunidades Autônomas (todas possuem autonomia legislativa e competências executivas próprias, como no caso brasileiro), o passo seguinte consistiu-se em utilizar de ferramentas do Excel (através do método de escolha aleatória) para então levantar o sorteio de 404 ayuntamientos. Com o objetivo de, posteriormente, promover o recolhimento das 23 variáveis dentro do portal eletrônico de cada um. Ou seja, foi pesquisado os sites eletrônicos dos municípios sorteados e, após, coletado os dados, estruturada sob a ótica de 23 variáveis nominais, sendo que o tratamento das mesmas se deu de forma individual e, também agregada (subdivisão das variáveis em quatro grupos distintos, a saber: institucional, processual, interativa e *accountability*). Em suma, para essa pesquisa, foi levado em conta o tipo de informação em cada variável para ser obtido, posteriormente, medidas das variáveis agrupadas, assim a premissa foi aglutinar as variáveis isoladas em agrupadas para, então, promover uma análise de ocorrência de frequência das mesmas.

- Regimento Interno: consiste em um conjunto de regras e princípios aplicáveis a estruturação e ao funcionamento dos órgãos e pessoas integrantes da Administração Pública, ou seja, foi pesquisado nos portais se continham normativos estabelecendo e determinando a estruturação da província
- Lei Orgânica e outras leis: é a que impõe o ordenamento jurídico (estabelece, determina e organiza a província) no intuito de estabelecer um contato estrutural/normativo entre o cidadão e o governo local;
- Ordem do Dia: considerar se há no portal um acesso a agenda governamental da província, em que são disponibilizadas informações sobre o dia a dia dos acontecimentos políticos do município;

- Estrutura da Casa: são os organogramas/estruturações/organizações político administrativas dos municípios, melhor dito, se possuem ícone capaz de representar a estrutura formal da organização municipal;
- Lista de Parlamentares: são os portais que disponibilizam informativo de quem são os seus representantes, inclusive, foi analisado se propunham os partidos pelos quais concorreram com o respectivo link remanescente. Ou seja, respondem por organogramas e/ou aquelas estruturações dos líderes da casa;
- Acesso aos Parlamentares: são aqueles portais eletrônicos que apontam os referidos representantes, seja do legislativo ou executivo estão constando em lista. Pode-se dizer que se há acessibilidade corroborando com a característica da democracia que é a representatividade e participação;
- Estrutura da Comissões: são os sites eletrônicos que promovem os links dos órgãos, departamentos ou unidades públicas do município;
- Contato Câmara Municipal: são aqueles sites eletrônicos que propõem o telefone para contato imediato do cidadão;
- Acesso a Licitações e Contratos: são os portais que parecem promover um diálogo mais aberto com o público, ou seja, ampliar o acesso com a província ofertando as informações de como acontecem os trâmites, contratos e licitações dentro da província;
- Contato Presidente da Câmara Municipal: que disponibilizam e-mail pessoal do prefeito para contato direto dos interessados com o representante
- Fala Cidadão: são os sites que disponibilizam um canal próprio para o envio, ou seja, abre-se uma janela para o devido serviço público;
- Acesso ao Partido: foi verificado se há no portal acesso aos partidos dos representantes, capaz de proporcionar um canal mais direto entre o cidadão e o partido do líder eleito na província;
- Telefone para Contato: são os portais que disponibilizam telefones com os quais os cidadãos podem possam entrar em contato direto com a província;
- E-mail para Contato: é a utilização de e-mails para aperfeiçoar e melhorar o acesso na prestação de serviços governamentais aos cidadãos;
- Denúncias/ Sugestões/ Críticas: são os portais eletrônicos que promovem canais de abertura do cidadão com a província, em que os portais disponibilizam um espaço na página para o devido contato;

- Notícias/ Informativos: os portais podem e devem sim ser melhorados em termos da comunicação e da disponibilização das informações e serviços prestados, porém a maioria disponibiliza notícias de acontecimentos no município e seus cidadãos;
- Relatórios de Gestão Fiscal: leva em conta a publicação das contas da província, ou seja, o acompanhamento da utilização dos recursos público o que corrobora com a transparência dos atos fiscais praticados por seus representantes;
- Despesas Correntes: são aqueles portais que possuem demonstrativos de como está ocorrendo a aplicação dos recursos obtidos. Ele fomentará não só aquele aumento de transparência e participação da sociedade nas ações governamentais, como corrobora com o poder informacional aos cidadãos;
- Despesas de Capital: como efetivamente estão sendo tomadas as deliberações sobre os recursos, que também ampliará a forma a suplantar a passividade do governo, de fiscalizar seus atos, da administração e dos recursos públicos;
- Receitas Correntes: considera a obtenção dos recursos correntes e o acesso a mesma propõe que há um canal direto capaz de demonstrar de onde os recursos públicos advém;
- Receitas de Capital: também considera a obtenção dos recursos em que o instrumento é operado por meio de valores que podem crescer ou diminuir devido ao mercado;
- Acesso a Redes Sociais: são aqueles portais eletrônicos que possuem algum canal virtual com o indivíduo, ou seja, esse possui alternativas como fazer parte, incluir, curtir, assimilar, compartilhar e propagar os seus anseios através das redes sociais;

O tratamento das variáveis se deu pela divisão delas em quatro grupos distintos. Para essa qualificação, foi levado em conta o tipo de informação de cada variável, obtendo-se variáveis de informação “institucional”, “processual”, “interativa” e “*accountability*” ou de prestação de contas. Abaixo, os tipos de informação de maneira agregada:

Informação Institucional: Diz respeito a regras e funcionamento das casas. Formada pelas variáveis:

- Regimento Interno
- Lei Orgânica e outras leis municipais
- Estrutura da Casa

- Estrutura das Comissões

Informação Processual: Variáveis que abordam o dia a dia das casas, como agenda, cronograma, resultado de votações e composição da casa. Formada por:

- Ordem do Dia
- Lista de Parlamentares
- Notícias/ Informativos

Informação Interativa: Interação e acesso do cidadão com as casas e seus membros. Fazem parte deste grupo as variáveis:

- Acesso aos Parlamentares
- Contato com a Prefeitura
- Contato com o Prefeito
- Fala Cidadão
- Acesso ao Partido
- Telefone para Contato
- E-mail para Contato
- Denúncia/ Sugestão/ Crítica
- Acesso a Redes Sociais

Prestação de Contas ou *Accountability*: Diz respeito a transparência e informações sobre orçamento. Formada por:

- Acesso a Licitações e Contratos
- Relatórios de Gestão Fiscal
- Despesas Correntes
- Despesas de Capital
- Receitas Correntes
- Receitas de Capital

Estas variáveis foram verificadas nos sites do Legislativo e Executivo municipais, atribuindo-se o número “1” quando elas eram encontradas e “0” quando a informação era ausente. Considerou-se como informações aquelas encontradas nos próprios sites municipais, ou acessadas por meio de links para outros sites.

4.2. Categorias das Variáveis Agrupadas

Com as variáveis agrupadas, foram criadas categorias para medir a quantidade de informação a partir do número de ocorrências das variáveis que compõem cada grupo simultaneamente.

Tabela 2: Categorização das variáveis

No_info	Nenhuma “característica encontrada”: 0 em 4 (0,0)
Insuficiente	Um caso de “característica encontrada”: 1 em 4
Regular	Dois casos de “característica encontrada”: 2 em 4 (0,5)
Elevada	Três casos de “característica encontrada”: 3 em 4 (0,75)
Total_info	Quatro casos de “característica encontrada”: 4 em 4 (1,0)

5. ANÁLISE DOS DADOS

Esse estudo foi realizado para obter maiores e melhores informações sobre o crescimento e uso das TICs, principalmente a internet, como seu principal objetivo. A fim de estudar o impacto da participação cidadã on-line nos assuntos públicos, foram analisados dados que ajudam, quantitativamente e qualitativamente, a responder certas questões sobre a interação do cidadão com os poderes públicos municipais. O aumento da divulgação mais detalhada das informações, ou seja, transparência, foi percebida como uma contribuição para maior participação cidadã nas sociedades democráticas. Além disso, a possibilidade de emissão de opiniões, reclamações, questionamentos, sem o processo de mediação por terceiros é uma forma eficaz de melhoria de interação.

Por isso, a intenção, com esta análise de dados, é verificar se, através das TICs, o aumento na oferta de informações e na interação entre cidadãos, representantes e governo. Com base na verificação dos *ayuntamientos* espanhóis, trazendo para um termo mais próximo do sistema político brasileiro: municípios, pode-se notar que os portais on-line funcionam, em grande medida, como sítios de serviço, em que se encontram telefones úteis, informações básicas ao cidadão, como taxas e impostos. Obviamente, como um país heterogêneo em que o número de cidadãos em um município pode variar de dezenas a centenas de milhares, notam-se sites extremamente distintos: uns, com uma lógica clara de organização de informações; outros, com arquitetura de informação e desenho próximos ao de um blog. Embora a aparência dos sites e a facilidade, ou não, de achar informações não sejam consideradas neste estudo, deve-se ressaltar que não necessariamente os menores municípios têm sites menos aprimorados.

A Espanha, em 2011, obteve caráter de aplicação obrigatória o *Código de Buen Gobierno Local*, aprovado por unanimidade pela *Federación Española de Municipios y Provincias*, com diretrizes para os políticos municipais. O objetivo, segundo o manual de aplicação do código, é propor uma nova forma de governar nos municípios, apostando por instituições de governo modernas e eficazes e considerando o âmbito local como espaço estratégico da ação política, o futuro da democracia e o desenvolvimento dos direitos da cidadania. No código, constam indicadores de “bom governo” e de “transparência”, o que faz com que os governo municipais tenham que disponibilizar informações, referentes às variáveis para obter uma boa nota no sistema. Além disso, em 2012, foi aprovada a *Nueva Ley de Transparencia*, que traz indicadores de governança eletrônica, de transparência dos governos. As categorias de informação são:

1. Indicadores sobre a transparência municipal;
2. Indicadores sobre relações com os cidadãos e a sociedade;
3. Indicadores de transparência econômico-financeira;
4. Indicadores de transparência nas contratações de serviços;
5. Indicadores de transparência em matéria de urbanismo e obras públicas;
6. Indicadores da nova lei de transparência (basicamente orçamentários).

As variáveis utilizadas pelo modelo de estatística espanhol são, coincidentemente, parecidas com as utilizadas neste trabalho, o que pode indicar que, de fato, são informações relevantes para serem estudadas.

No nosso estudo, consideramos que a interação entre cidadãos e o poder governante se dá de maneira mais fluida no nível local, como já dito, por conta da proximidade entre eles e da facilidade de acesso. Por conta desse pressuposto, agregamos ao modelo variáveis que meçam a possibilidade de contato com os representantes locais: “lista de parlamentares”, “telefone para contato”, “e-mails para contato”, “fala cidadão”.

Tabela 3: Proporção da ocorrência das variáveis nos sites

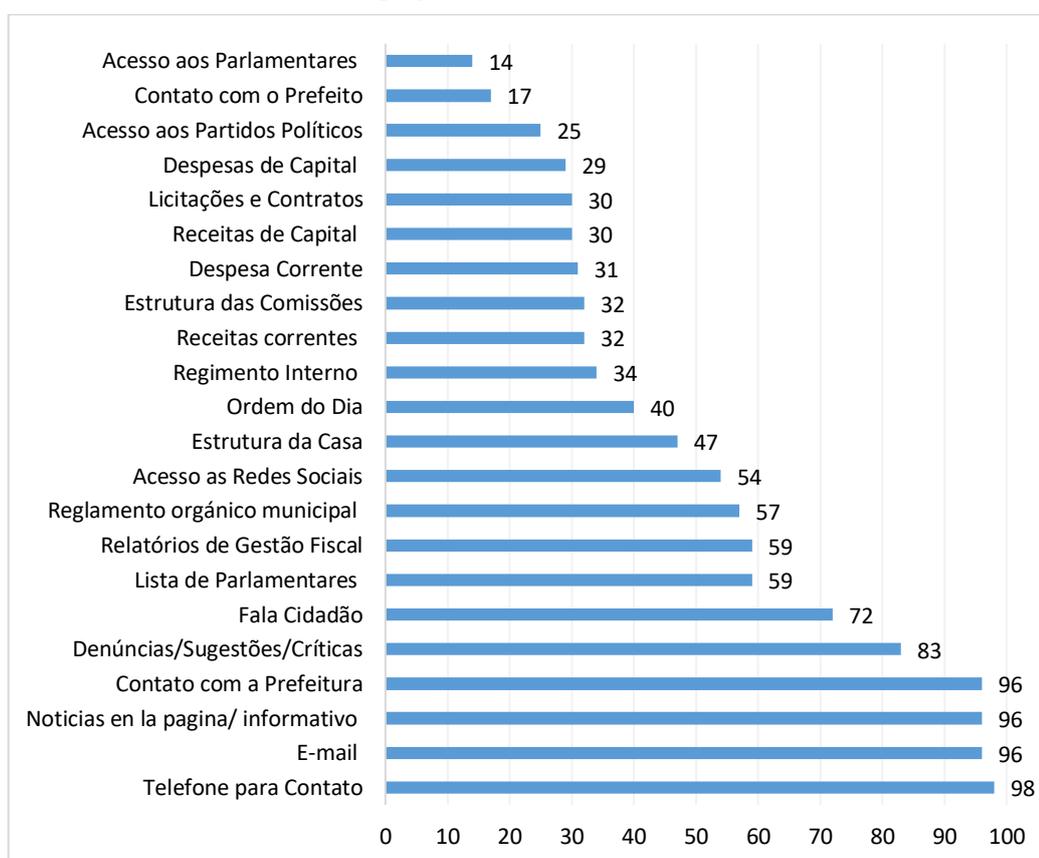
Nome das Variáveis	Proporção (%)
Telefone para Contato	98
E-mail	96
<i>Notícias en la pagina/ informativo</i>	96
Contato com a Prefeitura	96
Denúncias/Sugestões/Críticas	83
Fala Cidadão	72
Lista de Parlamentares	59
Relatórios de Gestão Fiscal	59
<i>Reglamento orgánico municipal</i>	57
Acesso as Redes Sociais	54
Estrutura da Casa	47
Ordem do Dia	40
Regimento Interno	34
Receitas correntes	32
Estrutura das Comissões	32
Despesa Corrente	31
Receitas de Capital	30
Licitações e Contratos	30
Despesas de Capital	29
Acesso aos Partidos Políticos	25
Contato com o Prefeito	17
Acesso aos Parlamentares	14

Fonte: Dados coletados pelo autor de setembro a dezembro de 2018

Os dados coletados apontam que, das 22 variáveis, dez variáveis tiveram mais de 50% de presença das informações buscadas nos sites de municípios espanhóis. Uma análise mais detalhada mostra o que já havia sido dito: as informações que se encontram nos sites pesquisados referem-se mais a serviços à população, como informações de acesso à própria instituição, e menos à prestação de contas – *accountability* –, o que não parece ser, pelo menos à primeira vista, uma prioridade para os sítios on-line dos municípios espanhóis.

De forma gráfica, o resultado se dá da seguinte forma:

Gráfico 1 - Proporção da ocorrência das variáveis nos sites



Fonte: Dados coletados pelo autor de setembro a dezembro de 2018

5.1) Tratamento das Variáveis:

Passando para o tratamento das variáveis, após devidamente pesquisados os 404 sites dos municípios, foi possível a confecção de uma base de dados coletados e, posteriormente, esses foram transferidos a softwares para serem tratados (como foi o procedimento da

construção do gráfico 1 acima), ou seja, foi montado uma frequência de ocorrência dos portais eletrônicos pesquisados.

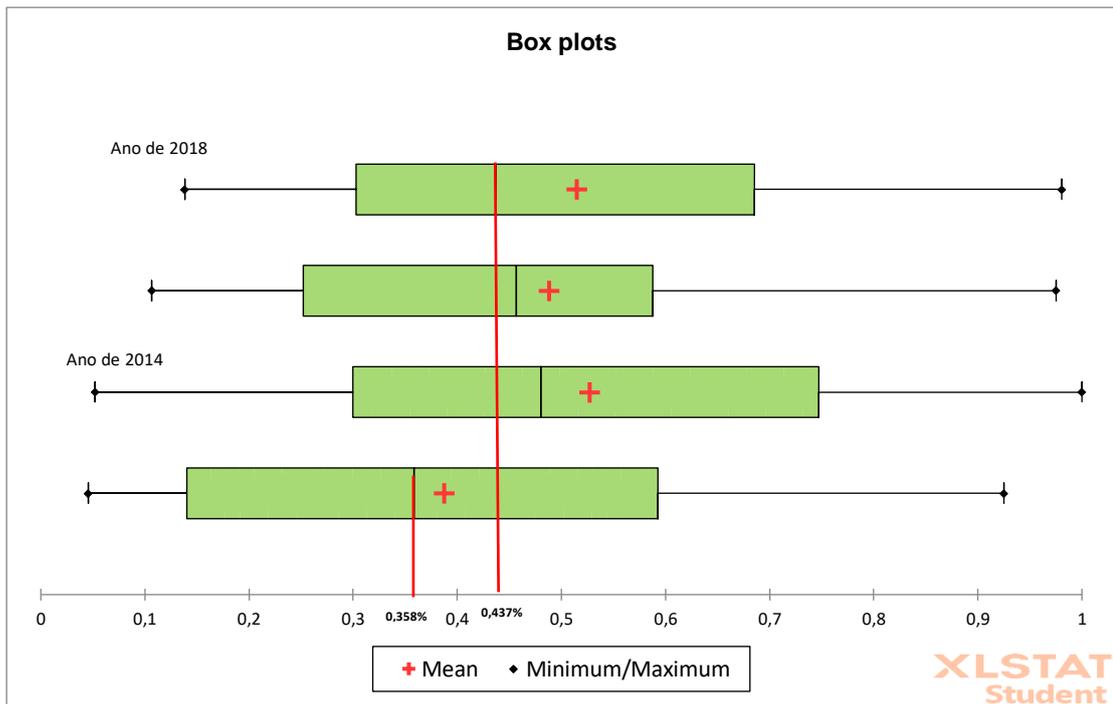
É através deste processo que foi possível fundamentar a análise dos dados, exprimir previsões futuras (inferências estatísticas), mesmo porque, após a coleta dos dados é conveniente que lhes seja dado algum tratamento prévio a fim de torná-los mais expressivos.

Em resumo, com os valores encontrados foi possível organizar suas correspondências e estruturar, com o caráter numérico associado, as observações estatísticas. Desta forma, cada variável possui uma distribuição de frequência e elas propõem estabelecer como cada resultado é identificado.

Dito isso, se fez necessário a construção de um Box Plot – consistiu em organizar os valores de frequência através do quartil de ocorrência das variáveis – e para este método estatístico foi utilizada a divisão em “frequência de ocorrência das variáveis nominais” para, assim, conseguir estruturar a construção do Diagrama de Caixas. Como a representação gráfica dos dados numéricos é capaz de facilitar a análise visual dos resultados encontrados de determinado assunto, pois permitem ao leitor interessado uma leitura mais objetiva, fácil, rápida e clara dos fenômenos encontrados.

Portanto, no intuito de condensar e agrupar os dados, ou seja, de modo a obter um conjunto compacto de números, o qual possibilitará enxergar com maior clareza a disposição das frequências na concentração dos dados, assim como a menor concentração, será possível distinguir melhor o comportamento dos fenômenos na sua totalidade.

Gráfico 2: Diagrama de Caixa - Representação em Box Plot das variáveis



Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pelo autor.

Tabela 04: Ocorrências estatísticas para o Bloxplot

Statistic	Ano de 2010	Ano de 2014	Ano de 2016	Ano de 2018
Nbr. of observations	22	22	22	22
Minimum	0,046	0,052	0,106	0,138
Maximum	0,925	1,000	0,975	0,981
1st Quartile	0,140	0,300	0,252	0,303
Median	0,358	0,480	0,457	0,437
3rd Quartile	0,593	0,748	0,588	0,686
Mean	0,388	0,527	0,489	0,515
Variance (n-1)	0,072	0,089	0,081	0,077
Standard deviation (n-1)	0,269	0,298	0,285	0,277

Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pelo autor.

Tabela 5: Reordenação em quartil de ocorrência das variáveis coletadas

	Nome das Variáveis	Proporção (%)
Limite Inferior	Acesso aos Parlamentares	14
	Contato com o Prefeito	17
	Acesso aos Partidos Políticos	25
	Despesas de Capital	29
	Receitas de Capital	30
	Licitações e Contratos	30
Quartil Inferior	Despesa Corrente	31
	Receitas correntes	32
	Estrutura das Comissões	32
	Regimento Interno	34
	Ordem do Dia	40
Quartil Superior	Estrutura da Casa	47
	Acesso as Redes Sociais	54
	<i>Reglamento orgánico municipal</i>	57
	Lista de Parlamentares	59
	Relatórios de Gestão Fiscal	59
Limite Superior	Fala Cidadão	72
	Denúncias/Sugestões/Críticas	83
	E-mail	96
	<i>Noticias en la pagina/informativo</i>	96
	Contato com a Prefeitura	96
	Telefone para Contato	98

Fonte: Dados coletados pelo autor de setembro a dezembro de 2018

Com o gráfico de Diagramas de Caixa foi possível perceber que as informações disponibilizadas nos *ayuntamientos* espanhóis demonstram um comportamento desproporcional em sua disponibilidade – assimetria. Em outras palavras, há uma desigualdade entre as frequências encontradas (demonstram que está desproporcional o acesso às informações), uma vez que existe uma concentração à direita o qual propõe a existência de uma

evidência maior de valores observados na parte superior do gráfico (QS) e, não na totalidade de informações nos sites.

Para tal, é importante também considerar a ocorrência das mesmas numa perspectiva agrupada para verificar como aquelas mesmas variáveis nominais expressam seus valores de ocorrências paritariamente. Porque, como dito em parágrafo anterior, os dados encontrados foram tratados tanto de maneira isolada quanto agrupada e, para tal foi utilizada as mesmas 23 variáveis nominais – que proporcionaram informações relevantes para o estudo em ambas perspectivas. Para aquele último grupo (agrupadas), como será visto, foram estabelecidas “categorias” ou “modalidades” aglutinando as variáveis nominais ou fatores de participação cidadã em: institucional, processual, interativa e prestação de contas.

5.2) Tratamento de Dados das Variáveis Agrupadas:

É sabido que a análise individual é igualmente importante à análise agrupada das variáveis, pois a presença daquelas representam um componente crucial para se compreender a participação cidadã nessas últimas, portanto, as 23 variáveis nominais analisadas podem ser estudadas segundo suas ofertas em sites eletrônicos seja isoladamente seja também pela perspectiva agrupada. Com isso, foi feita uma divisão das 23 variáveis em quatro perspectivas e, este agrupamento conseguirá expressar também como estão disponibilizadas as informações nos portais eletrônicos espanhóis. Elas se subdividem em: informação institucional, informação processual, informação interativa e informação de prestação de contas ou *accountability*. Como as variáveis nominais podem acumular-se (da maior para a menor ou da menor para a maior) foi providencial organizar a ocorrência das mesmas em tabelas e gráficos a fim de promover um melhor entendimento de como informações estão dispostas nos portais eletrônicos espanhóis. Tudo, no intuito de compreender se há um padrão no comportamento das variáveis entre diferentes regiões e demonstrar se há uma tipicidade na oferta de informações pelos governos locais.

Para os componentes do agrupamento (consideradas simultaneamente) foram estabelecidas “categorias” ou “modalidades” e isto, porque é de relevante importância para o presente estudo compreender como foram estruturadas ou mensuradas aquelas “categorias ou modalidades” para que as variáveis agrupadas ou fatores de participação cidadã pudessem exprimir uma leitura de contagem de ocorrência das mesmas com maior credibilidade. Por

exemplo, se uma variável agrupada fosse formada por quatro variáveis componentes e se na contagem dos casos ou ocorrências da “característica encontrada” em cada variável isolada, não ocorresse nenhum caso de “característica encontrada” (zero casos em 4), então a variável agrupada assume a modalidade (*no_info*). Caso contenha pelo menos uma ocorrência (1/4), ou seja, encontrar pelo menos uma das variáveis envolvidas, então a variável agrupada assume o valor (*insuficiente_info*). Caso contenha duas ocorrências, (2/4), ou seja, dois casos de “características encontradas” nas variáveis envolvidas, então a variável agrupada assume o valor (*regular_info*). Caso contenha (3/4) ocorrências simultâneas nas variáveis envolvidas, então a variável agrupada assume o valor (*elevado_info*). Logo, caso apareçam as (4/4) ocorrências simultâneas nas variáveis envolvidas, então a variável agrupada assume o valor (*total_info*).

O quadro é uma legenda para que funciona como uma ferramenta auxiliar na compreensão do leitor em como as variáveis nominais foram abordadas no presente estudo, sendo que é relevante lembrar que o interesse maior reside em promover conclusões e inferências estatísticas que corrobora com a compreensão do tema tratado. Portanto, como as variáveis agrupadas foram tratadas em softwares como SPSS e Excel para que então fossem capazes de ilustrar as frequências ou os valores da ocorrência das mesmas nos portais eletrônicos espanhóis (compostas por maior número de ‘variáveis isoladas’), foi essencial neste procedimento a construção das tabelas e dos gráficos abaixo.

Tabela 6: Frequência da variável agrupada “informação institucional” nos sites espanhóis

Informação Institucional		
Modalidade	Rótulo	Porcentagem (2018)
0	Zero	36
1	Insuficiente	12
2	Regular	15
3	Elevado	18
4	Total	18

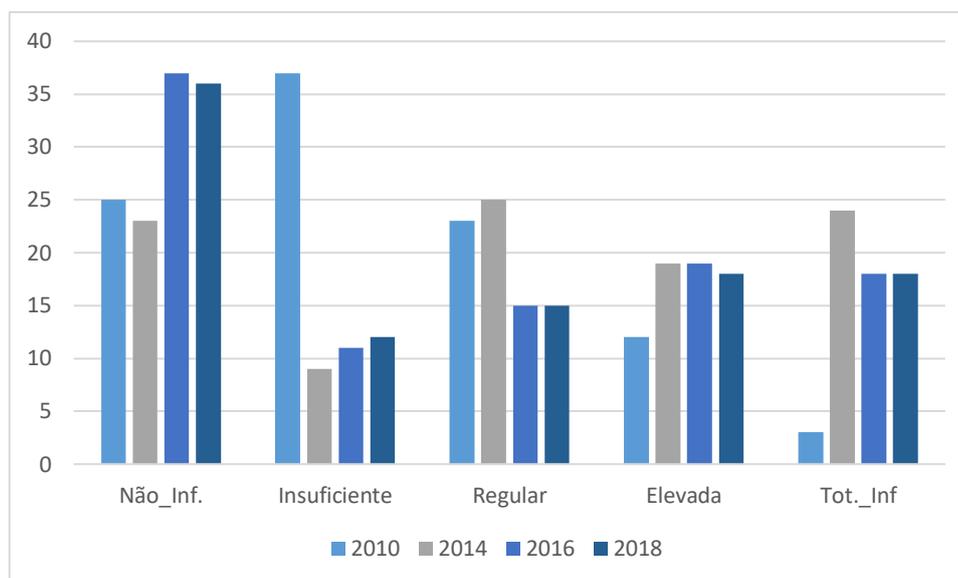
Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor de setembro a dezembro de 2018

Tabela 7: Organização da variável agrupada “informação institucional” nos sites espanhóis

Código	Rótulo	Proporção (2010)	Proporção (2014)	Proporção (2016)	Proporção (2018)
0	Zero	23	23,3	30,7	36
1	Insuficiente	09	8,7	17,7	12
2	Regular	25	25,2	16,3	15
3	Elevado	19	18,8	17,8	18
4	Total	24	19,1	17,8	18

Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor de setembro a dezembro de 2018

Gráfico 3: As medidas posicionais das variáveis agrupadas institucionais



Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor de setembro a dezembro de 2018

Ao analisar as informações institucionais como “*Regimento Interno*”, a “*Lei Orgânica e outras Leis Municipais*”, a “*Estrutura da Casa*” e a “*Estrutura das Comissões*” o que foi possível averiguar é que o total de incidência das informações nos sites pesquisados consta em 18%. Ou seja, do total de portais eletrônicos dos *ayuntamientos* pesquisados, 74 disponibilizavam aquelas 4 variáveis em seus sites. Entretanto, 36% ou 145 dos municípios analisados demonstraram não constar nenhuma destas variáveis. Portanto, quando comparada as demais (dentro do mesmo agrupamento) podemos considerá-la relativamente alta, visto que o agrupamento das variáveis dos casos com maior quantidade de informações (*elevado e total*) disponíveis dos portais eletrônicos dos 404 *ayuntamientos*, ou seja, aqueles que não ofertavam de 3 a 4 variáveis apontam para 36% do total, um quantitativo de apenas 20 municípios a mais. Com isto, podemos inferir que no que tange as informações institucionais (aquelas que tratam das estruturas, das regras e dos atos normativos dos *ayuntamientos*), temos uma considerável falta de informações, porém o quantitativo de informações disponíveis não deixa os cidadãos alienados, representando aproximadamente 51% dos municípios em situação regular ou superior.

Já o segundo grupo de variáveis analisadas foram aqueles das informações processuais que são aqueles que tratam do dia a dia das autarquias municipais, à saber: “*Ordem do Dia*”, “*Lista de Parlamentares*” e “*Notícias/Informativo*”.

Tabela 8: Frequências da variável agrupada ‘informação processual’ nos sites espanhóis

Informação Processual	
Modalidade	Porcentagem (2018)
0	4
1	0
2	30
3	34
4	33
Total	100,0

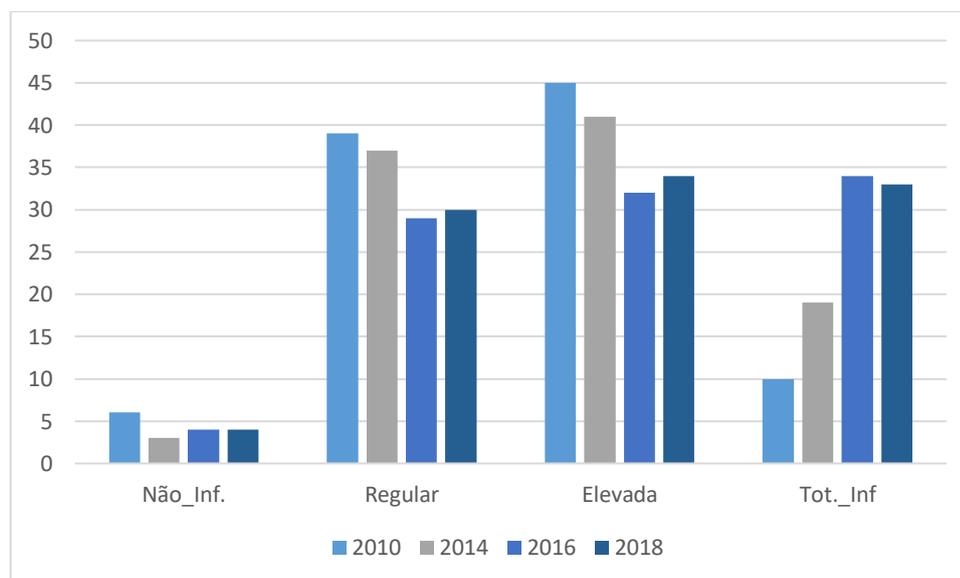
Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor de setembro a dezembro de 2018

Tabela 9: Organização da variável agrupada ‘informação processual’ nos sites espanhóis

Código	Rótulo	Proporção (2010)	Proporção (2014)	Proporção (2016)	Proporção (2018)
0	Zero	06	3,2 %	4,0	04
1	Insuficiente	00	0,0 %	0,0	00
2	Regular	39	37,1 %	29,5	30
3	Elevado	45	40,6 %	32,4	34
4	Total	10	19,1 %	34,2	33

Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor de setembro a dezembro de 2018

Gráfico 4: As medidas posicionais das variáveis agrupadas processuais



Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor de setembro a dezembro de 2018

Nestes casos de informações processuais o que foi possível constatar é que o total de incidência das informações foi reduzido para 33%, sendo que em 2016 foi de 34,2% dos casos e, quando comparada às demais, este valor também pode ser interpretado como de elevada incidência, pois, dos 404 *ayuntamientos* pesquisados os que possuíam as 3 variáveis agrupadas em seus portais são um total de 135 municípios. O que é elevado quando comparado as demais

ocorrências, pois a maioria das informações se mantiveram em posicionamento regular com 30% e em elevado com um leve aumento, chegando a 34%, dos casos.

Em outras palavras, foi constatado que os portais estudados acumuladamente disponibilizavam pelo menos duas das três variáveis as quais envolviam as informações processuais. É importante mencionar também que apenas 4% ou 15 *ayuntamientos* não apresentavam nenhuma daquelas variáveis pesquisadas.

Já as informações interativas que são: “Acesso aos Parlamentares”, “Contato com a Prefeitura”, “Contato com o Prefeito”, “Fala Cidadão”, “Acesso ao Partido”, “Telefone para Contato”, “E-mail”, “Denúncias/Sugestões/Críticas” e “Acesso às Redes Sociais”, melhor dito, são aquelas que promovem a interação e acesso do cidadão com as casas e seus membros apresentam um total ínfimo de incidência.

Tabela 10: Frequências da variável agrupada “informação interativa” nos sites espanhóis

Informação Interativa	
Modalidade	Porcentagem
0	0,7
1	0,7
2	0,7
3	6,7
4	12,1
5	26,9
6	26,9
7	15,7
8	5,8
9	3,3
Total	100,0

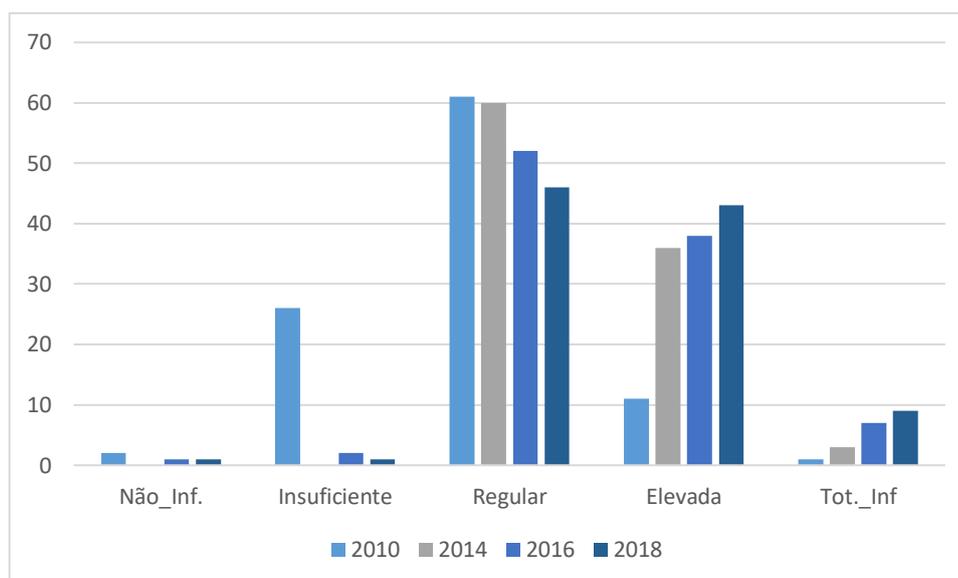
Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor de setembro a dezembro de 2018

Tabela 11: Organização das variáveis agrupadas interativas dos sites espanhóis

Código	Rótulo	Proporção (2010)	Proporção (2014)	Proporção (2016)	Proporção (2018)
0	Zero	02	00	01	01
1	Insuficiente	26	00	02	01
2	Regular	61	60	52	46
3	Elevado	11	36	38	43
4	Total	01	03	07	09

Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor de setembro a dezembro de 2018

Gráfico 5: As medidas posicionais das variáveis agrupadas interativas



Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor de setembro a dezembro de 2018

Percebe-se que das nove variáveis analisadas a incidência de encontrarmos as nove agrupadas nos portais eletrônicos se manteve relativamente entre média e alta, uma vez que segundo os dados encontrados e como ilustra a tabela 6 acima, quando estudadas em conjunto elas exprimem um total de incidência crítica (No_info e insuficiente) de apenas 2%.

Contudo, a maioria dos dados se concentra em regularidade, ou seja, dos 404 *ayuntamientos*, temos que 189 disponibilizavam de 4/9 a 5/9 variáveis, acumulando um total de 46% de informações em seus portais eletrônicos, um aumento de quase 4% em relação a 2016. E os sites que disponibilizavam 6/9 ou 7/9 das variáveis, juntos constam em 43% de disponibilização de informações aos seus cidadãos.

As informações de prestações de contas que são aquelas “*Licitação e Contratos*”, de “*Relatório de Gestão Fiscal*”, além de “*Despesa Corrente*”, “*Receita Corrente*”, “*Despesa de Capital*” e “*Receita de Capital*”, temos um quadro mais crítico.

Tabela 12: Frequências das variáveis agrupadas *accountability* nos sites espanhóis

Informação Accountability	
Modalidade	Porcentagem
0	56
1	7
2	9
3	3,2
4	7,8
5	18
Total	100,0

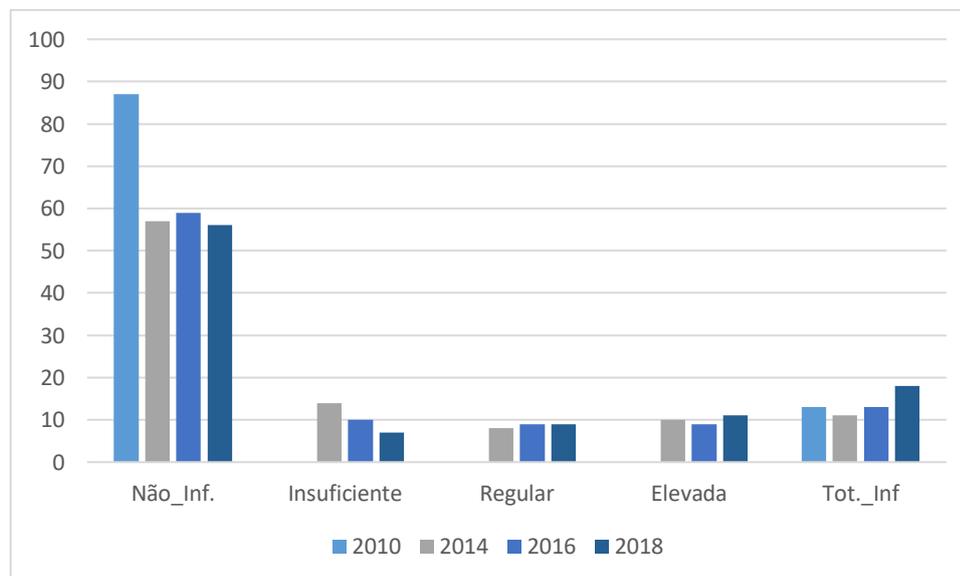
Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor de setembro a dezembro de 2018

Tabela 13: Organização das variáveis agrupadas *accountability* dos sites espanhóis

Código	Rótulo	Proporção (2010)	Proporção (2014)	Proporção (2016)	Proporção (2018)
0	Zero	87	38,1	40,8	56
1	Insuficiente	-	33,7	19,6	07
2	Regular	-	7,7	17,8	09
3	Elevado	-	7,9	9,6	11
4	Total	13	12,6	12,1	18

Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor de setembro a dezembro de 2018

Gráfico 6: As medidas posicionais das variáveis agrupadas *accountability*



Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor de setembro a dezembro de 2018

Dentro dos 404 municípios espanhóis analisados a incidência de encontrar o total deste agrupamento (as 6 variáveis) ainda é baixo pois consta em apenas 18%, tendo um aumento de 6% em relação a 2016. Este quadro fica mais evidente quando se percebe que dentre os 404 *ayuntamientos*, com seus devidos portais eletrônicos, a incidência de não disponibilização (*no_info*), ou seja, nenhuma informação quanto ao recolhimento ou mesmo à aplicação dos

recursos obtidos está em 56%, 229 do total de municípios. Enquanto, os portais eletrônicos que apresentavam de 1/6 a 2/6 variáveis aparecem na tabela com 7% de disponibilização podem ser classificados como insuficientes e seguindo o raciocínio os portais que disponibilizam em suas páginas 3/6 a 4/6 variáveis se posicionam no gráfico com apenas 9% e 11%, respectivamente.

6. CORRELAÇÕES E ANÁLISE FATORIAL DAS VARIÁVEIS AGRUPADAS

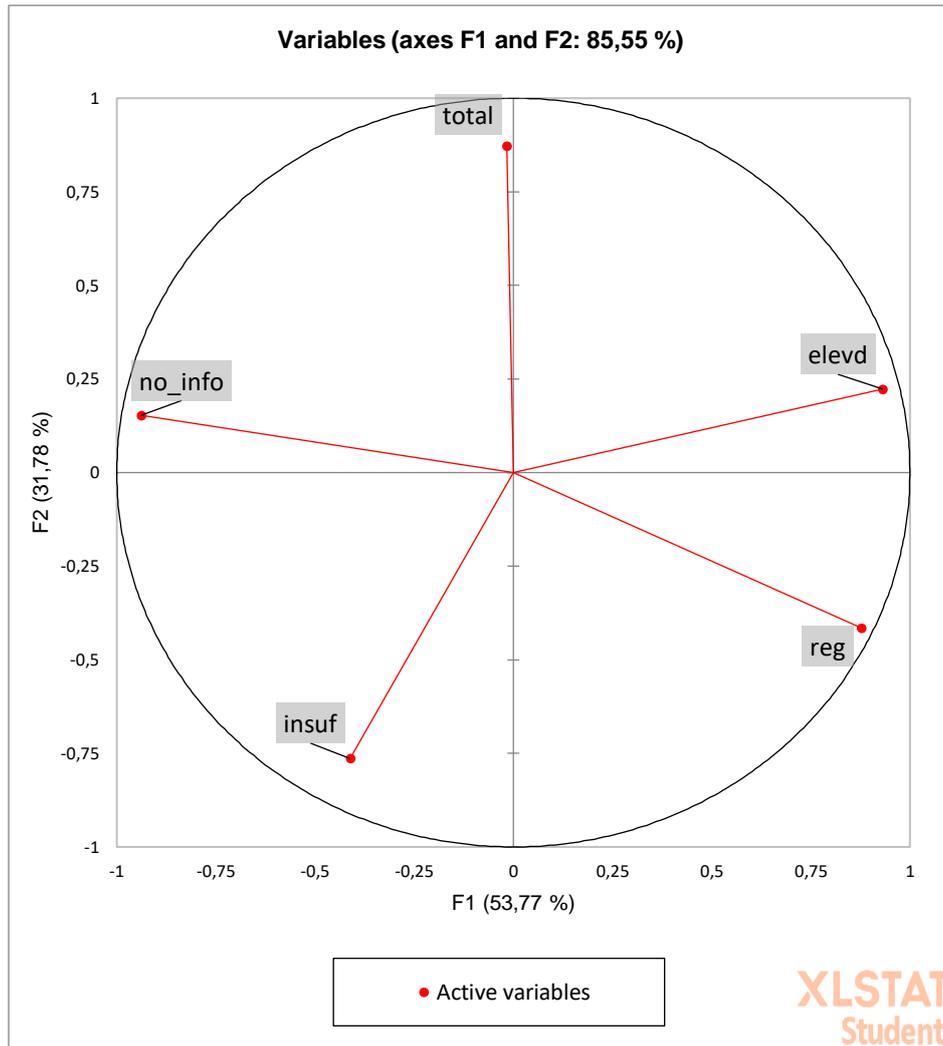
Este capítulo tem por objetivo traçar correlações e estabelecer uma análise e traçar correlações entre a disponibilidade da informação dos sites e analisar o comportamento em eixos fatoriais das variáveis agrupadas considerando padrões estabelecidos para comparação.

Tabela 14: Quadro Geral de Variáveis Agrupadas (em %)

Etiqueta	No_info	Insuficiente	Regular	Elevada	Total
INST2010	25	37	23	12	3
PROC2010	6	0	39	45	10
INTER2010	1	26	61	11	1
PREST2010	87	0	0	0	13
INST2014	23	9	25	19	24
PROC2014	3	0	37	41	19
INTER2014	0	0	61	36	3
PREST2014	57	14	8	10	11
INST2016	37	11	15	19	18
PROC2016	4	0	29	32	35
INTER2016	1	2	52	38	7
PREST2016	59	10	9	9	13
INST2018	36	12	15	18	19
PROC2018	3	0	30	34	33
INTER2018	1	1	46	43	9
PREST2018	56	6	9	11	18
Pad_1	6	9	15	20	50
Pad_2	4	6	10	14	66
Pad_exig	2	3	5	10	80
Mediana	15	4	27	19	13
Media	25	8	29	24	15

A tabela acima auxilia na compreensão das análises a seguir, com o gráfico das proporções das informações das variáveis agrupadas, que se relaciona os resultados encontrados nos anos observados referentes às disponibilidades das informações. A angulação dos eixos demonstra alguns dados interessantes, quanto menor o ângulo entre os vetores, maior a correlação entre eles.

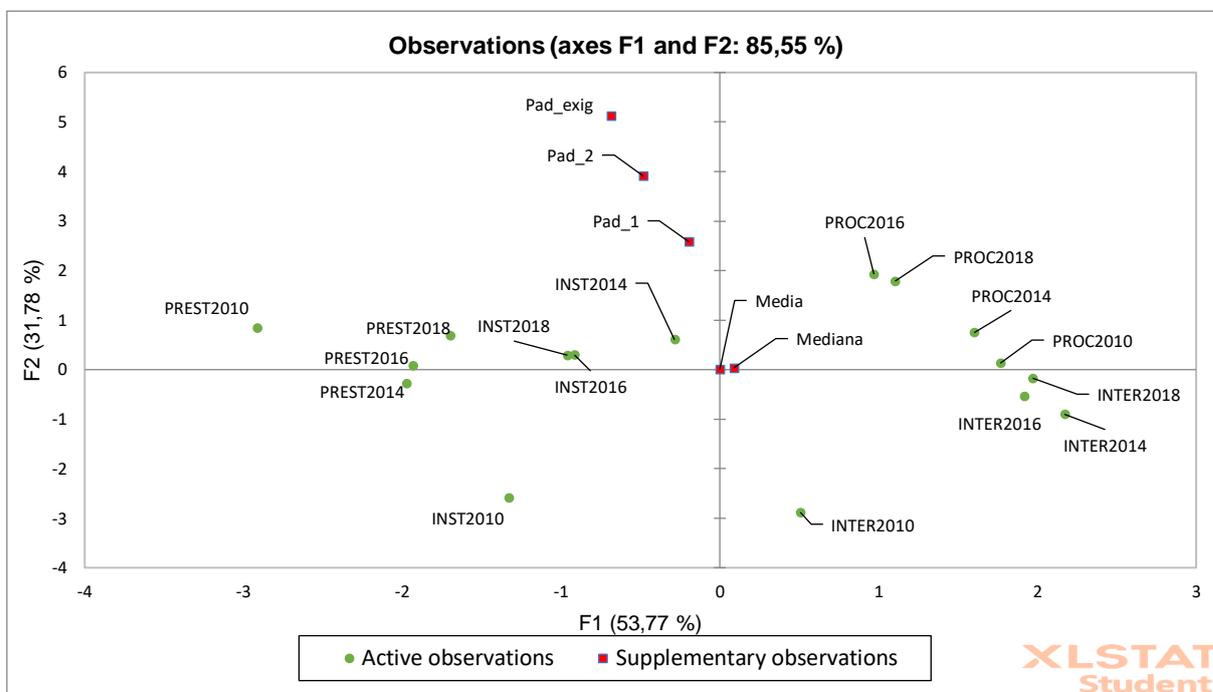
Gráfico 07: Proporção das variáveis agrupadas



Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pelo autor.

O gráfico acima representa a disposição dos indivíduos nos eixos fatoriais, sendo os balizadores desde a média e a mediana apresentadas na tabela anterior, com três padrões definidos entre “padrão 1” o mais ‘pessimista’ que aceitaria até 50% das ocorrências entre as variáveis: ‘no_info’; ‘insuficiente’ e ‘regular’, ‘padrão 2’ aumenta a variável ‘total_inf’ para 66% como aceitável e ‘padrão exigente’ cenário mais utópico onde a variável ‘total informação’ obteria a frequência de 80%.

Gráfico 08: Eixos Fatoriais dos Indivíduos, projeção das informações agrupadas por anos: 2010, 2014, 2016 e 2018.



Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pelo autor.

Ainda, pode-se observar que a variável *institucional 2014* encontra-se muito próxima dos padrões pré-estabelecidos, enquanto que nos outros anos ficam extremamente próximas uma das outras, mas um pouco mais longe dos padrões. As variáveis *interativas 2014, interativa 2016 e interativa 2018* se encontram muito próximas, em conjunto, e um pouco distante da *interativa de 2010*, o que mostra um padrão ao longo dos anos na disponibilidade desse tipo de informação. Da mesma forma, as prestações de conta também se encontram muito próximas na sua disposição do eixo fatorial. Por fim, cumpre destacar a variável institucional, que ao longo dos anos sempre se encontra no mesmo quadrante dos padrões exigentes, salvo no ano de 2010.

É uma maneira distinta de visualizar a medida da contribuição dos indivíduos nos eixos fatoriais. Quanto mais próximos os indivíduos estiverem, eles formarão grupos específicos, calculados de acordo com o índice de similitude.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com todos os dados apresentados, é seguro afirmar que o crescimento da oferta de informações nos sites é um processo irreversível. O uso das ferramentas tecnológicas já se incorporou à cultura política. A esperança é que a expansão das TIC traga, gradativamente, mais participação e, com isso, um elevado grau de interação entre cidadãos e governos.

Não só os governos estão disponibilizando as informações, como também os cidadãos passaram a se organizar e demandar informações. Sendo dada aos cidadãos a oportunidade de obter informações relevantes nos portais públicos e de agir em rede e pressionar o poder público pela utilização das TIC, ficaria configurada assim uma nova situação política em que a participação assumiria sua nova característica virtual, ficando modificada a tradicional estrutura da atividade política que se dá no embate “face a face”.

De acordo com Horokovschi (2008), os mecanismos de *accountability* devem ter sua importância considerável:

“O fato de não serem perfeitos não implica que os mecanismos de *accountability* não funcionem, com variável eficácia, podendo ser usados como uma das várias balizas para aferir a qualidade das democracias existentes, com a evidente ressalva de que tais balizas são pensadas a partir dos sistemas mais consolidados dos países centrais. A questão que se coloca é como tornar mais eficazes os mecanismos verticais e horizontais, melhorando indicadores de controle, transparência e responsividade” (HOROKOVSCHI, 2008, p. 12).

De acordo com Wampler (2012), essas características podem expandir a participação cidadã, enriquecer a representação política e aumentar a justiça social. O modelo de interação política que pressupõe a participação é composto por elementos que permitam a interatividade com o poder estabelecido, garantam mecanismos de representação e assegurem alguma capacidade decisória. Para o exercício da participação é necessário, cidadania, capacidade de organização, mobilização, e, acima de tudo, informação.

A literatura internacional sobre participação e cidadania (NORRIS, 2000) tem salientado a erosão da confiança nas instituições da democracia representativa. Embora seja difícil mensurar ou avaliar este desgaste na confiança nas instituições (sobretudo nos partidos políticos), essa desconfiança, medida pelo desinteresse pelas eleições e pela redução do ativismo ou do engajamento político, como um todo é real.

É verdade que, no Brasil e em alguns outros países, a população tem manifestado sua inconformidade com o status quo e com a situação política local, por meio de marchas, protestos. No entanto, quando colocamos essas manifestações temporais situadas num contexto histórico, percebemos que ainda são raras e esparsas essas formas tradicionais de manifestação. Ainda, se for considerada a parcela dos cidadãos que os manifestantes são, temos ainda um cenário de baixa participação, embora signifique um sinal claro de que a população, ou parte dela, está disposta a participar da política.

Em todos os processos de mobilização social, o papel da comunicação é reconhecidamente primordial. A mobilização para cobrar por políticas públicas só acontece quando os indivíduos se articulam em defesa do bem que seja comum. Entretanto, essa articulação depende dos mecanismos de comunicação. Quando vemos os espaços públicos, os governos parecem estar mais profissionais, mais preocupados com a eficiência e, conseqüentemente, mais voltados para o público. Nesse contexto, seria pouco provável que as tecnologias das informações não fossem utilizadas como uma ferramenta fundamental nesse processo, e assim, seria pouco provável que as demandas feitas por internet sejam completamente ignoradas.

Em relação ao caso espanhol, de acordo com os dados apresentados, percebe-se um crescimento. A Espanha ainda está um pouco longe de ser uma referência na questão de disponibilidade de dados públicos. O país tem boas iniciativas, como sua lei de transparência e seu código de bom governo, mas isso não é suficiente para garantir que os cidadãos possam ter acesso a esses dados e nem que os sites terão qualidade.

As variáveis processuais, referentes a notícias, ordem do dia e lista de parlamentares são as que mais têm informações elevadas. As interativas apresentam um número regular de informações. Essas são as duas que mais têm informações, já que, quando se observa as institucionais e *accountability*, é notado uma mudança de padrão na curva. Parece razoável afirmar que os sites espanhóis apresentam informações que visam à informação do cidadão com relação à rotina dos *ayuntamientos* e à possibilidade de interação entre eleitores e eleitos. Mas, há baixa quantidade de informação sobre prestação de contas e transparência, quando se olham todos os sites. Além disso, é preciso observar que as variáveis agrupadas de *accountability* são as com maior barra na categoria “*no_info*” – acima de 40% – e as penúltimas com mais valor “total” de informação.

Um fato que explica esses fenômenos é a grande quantidade de sites de municípios que apenas imitam a estrutura e as informações do site da capital da província. Com isso, se o site “original” trouxer pouca quantidade de informações, os outros também terão pouca informação para transparência. Um exemplo dessa assertiva é a província espanhola de Huesca, cujos sites municipais parecem seguir determinado padrão de formato e arquitetura de informação. Outra explicação que pode ser dada à baixa quantidade de informação é a alta frequência de sites que contém links para informações que redirecionam a páginas inexistentes.

Outra hipótese que não se confirmou é a de que os sites com mais informações seriam de municípios com mais habitantes. O *concello* de Llodio, por exemplo, na província de Álava, tem apenas 18.428 habitantes e preenche 20 das 22 variáveis colocadas, com índice de 90,90% de informação. Vitoria-Gasteiz, a capital da província que leva o mesmo nome, tem 242.082 habitantes (13 vezes mais habitantes do que Llodio) e preenche 14 variáveis com informações.

É percebido que as administrações municipais parecem estar cada vez mais sensíveis aos apelos e demandas por informação por parte da população. Existe uma tendência internacional de que os portais municipais estejam cada vez mais transparentes e interativos. A possibilidade de interação cidadã política virtual é concreta, embora ainda distante de um padrão ideal.

Os cidadãos participam quando estão no espaço público, que pode ser situado no espaço virtual. Na medida em que os ocupantes de um dado espaço público interagem, se organizam e passam a demandar ao poder público a elaboração de diretrizes, de linhas de ação e ações concretas visando à obtenção de uma melhoria ou de um serviço que satisfaça a toda a comunidade, os governantes se veem pressionados a atender essa demanda até mesmo porque, nestes casos, a própria sociedade que atuou como protagonista no processo de elaboração da política, atua agora na vigilância do cumprimento de suas metas e na fiscalização de sua execução e continuidade. Este comprometimento social ocorre quando o limite de tolerância para a insuficiência de um bem ou serviço é alcançado.

Esta pesquisa sabe das suas limitações, visto que foi analisado apenas um país em variáveis definidas; talvez, se fosse mudado o padrão de comparações, o resultado poderia ser melhor. No entanto, seu sentido é colaborar para a reflexão e para ações no sentido de estimular a governança eletrônica.

7. BIBLIOGRAFIA

7.1) REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

- **Código de Buen Gobierno Local.** Disponível em:
<http://www.femp.es/CartaLocal/Front/Noticias/CL_ContentidoDetalle/_sYcniRvuy5l y yy6MEsAr2xIyOH4RgvsLsMsOhPI4uc>.
- **¿Cómo trabaja la Administración?** Disponível em:
http://www.060.es/060/appmanager/portal/desktop?_nfpb=true&_pageLabel=trabaja1 _admi n&preferredLanguage=es>
- **Indicadores de transparencia.** Disponível em:
<https://sedeelectronica.gijon.es/page/1377- indicadores-de-transparencia>
- **INE – Instituto Nacional de Estadística.**
<http://www.ine.es>
- **Portal Municipal de Palencia**
http://www.dippalencia.es/export/sites/diputacion/galerias/documentacion_migracion/ 1202989989924_7._el_ay untamiento_organizacixn.pdf
- **Webs Públicas.** Disponível em:
<http://www.060.es/060/appmanager/portal/desktop/?_nfpb=true&_pageLabel=webs1 _comunidades&preferredLanguage=es>

7.2) FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

- ARTERTON, Christopher. Teledemocracia. Tecnologia pode proteger a democracia?. Beverly Hills, Book. English 1987
- BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística Aplicada as Ciência Sociais. Editora UFSC. Florianópolis. 2006
- BATISTA, Carlos M. Participação Cidadã e TIC: um estudo da oferta de informações nos sites de municípios andaluzes e sul-americanos. Centro de Estudios Andaluces – CEA, em Sevilha. 2001
- BATISTA, Carlos M. ICTs and Good Governance: The Contribution of Information and Communication Technologies to Local Governance in Latin America. Disponível em [e_n_Latin_America.pdf/Report%2Bon%2Begovernance%2Bin%2BLatin%2BAmerica.pdf](http://www.ine.es/e_n_Latin_America.pdf/Report%2Bon%2Begovernance%2Bin%2BLatin%2BAmerica.pdf)>. Acessado em 12/set/2012.

- BIMBER, Bruce. The Internet and Political Transformation: Populism, Community and Accelerate Pluralism. Palgrave Macmillan Journals: Polity, Vol. 31, Nº 1 (Autumn 1998);
- BOBBIO, Noberto. A era dos direitos. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. RJ: Campus, 1992;
- BOBBIO, Noberto. Dicionário de Política. Ed.EDU – UNB. 2008;
- BOURDIEU, Pierre. A Representação Política: elementos para uma teoria do campo político. 7ª ed. RJ, 2004;
- CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, vol. 3, SP: Paz e Terra, 1999;
- CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet – reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003
- CORTINA, Adela. O fazer ético: guia para a educação moral. São Paulo: Moderna, 2003;
- DAHL, Robert Alan. Sobre a democracia. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001;
- EASTON, David. Uma Teoria de Análise Política. RJ, 1970;
- FERRER, Florência. SANTOS, Paula (Orgs.). E-government – o governo eletrônico no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2004. • FERRI, Cristiano. El Parlamento Abierto em la Era de la Internet. BSB, 2013;
- GOUVEIA, Luis Manoel Borges. Sociedade da Informação: Notas de contribuição para uma definição operacional. 2004. Disponível em: http://www2.ufp.pt/~lmbg/reserva/lbg_socinformacao04.pdf/ • HOROKOVSKI, Rodrigo Rossi. *Accountability* e seus mecanismos: um balanço teórico. Paraná: UFPR, 2008;
- LEVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: 34, 1999;
- LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática, 1990;
- LUCAS, John Randolpoh. Democracia e participação. 1985;
- MANIN, Bernard. Direct democracy and representation: selection of officials in Athens. In: The principles of representative government. Cambridge University, 1997 (impressão 2002), p. 8-41;

- NOGUEIRA, Marco Aurélio. As possibilidades da política – ideias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998
- NORRIS, Pippa. Digital Divide: Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide. Cambridge: University Press, 2001;
- O'DONNELL, Guillermo. Democracia delegativa? *Novos Estudos*, n. 31, out. 1991;
- O'DONNELL, Guillermo. *Accountability* horizontal e novas poliarquias. *Lua Nova* n° 44, São Paulo. 1998;
- PASCUAL, Patricia J. e-Government. e-ASEAN Task Force UNDP-APDIP. 2003;
- PINHO, José Antônio G. de. Sociedade da informação, *accountability* e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 36, n. 5, set./out. 2002.
- PINHO, José Antonio G. de; IGLESIAS, Diego; SOUZA, Ana Carolina P. Governo eletrônico, transparência, *accountability* e participação: o que portais de governos estaduais no Brasil mostram. In: ENANPAD, 29. Anais... Brasília, set. 2005;
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu. *Cidadania e Redes digitais*. 2010;
- TELLES, Vera. Sociedade civil, direitos e espaços públicos. *Rev. Pólis: São Paulo*. 1994;

7.3) DISSERTAÇÕES

- Participação cidadã e TIC: um estudo da oferta de informação nos sites de municípios andaluzes e sul-americanos (Lívia ???)
- Participação Cidadã e Tecnologias de Informação e Comunicação: um Estudo sobre a Oferta de Informação em Sites de Municípios Espanhóis (Juliana dos Santos Barbalho, 2014);
- PRADO, Otavio. Governo eletrônico e transparência: a publicização das contas públicas das capitais brasileiras. 2004. Dissertação (Mestrado) – Eaesp/FGV, São Paulo